

RELAÇÕES BRASIL E AFRICA PARA ALÉM DA ESCRAVIDÃO: ENSINO DA HISTÓRIA AFROBRASILEIRA E AFRICANA NUMA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMONICA

José Francisco dos Santos. Mestre em História Social pela PUC-SP, Doutorando em História Social da PUC-SP;
Andréa Pires Rocha. Mestre em Educação pela UEM, Doutoranda em Serviço Social da UNESP-Franca.

1. Reflexões introdutórias: trazendo o ensino da história da África para o âmbito da contra-hegemonia

A sociedade é formada por sujeitos inseridos em meio a relações dialéticas e históricas, as quais envolvem questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Como nos ensina Leontiev (1978), o homem é um ser de natureza social e tudo o que tem de humano nele é resultado da sua vida em sociedade, no seio da cultura criada pela humanidade. O autor mostra ainda que com o progresso da humanidade, acumula-se a prática sócio-histórica, possibilitando o crescimento do papel específico da educação, tornando a tarefa desta cada vez mais complexa. Ao nos remetermos a educação, falamos da educação formal, a qual, via de regra, se materializa na instituição escolar e é construída por diferentes sujeitos. Vimos em Rocha (2005), que a instituição escola é reprodutora do pensamento hegemônico dominante, contudo, dialeticamente, a escola, pode também ser entendida como instrumento para a construção do pensamento crítico e de posturas contra-hegemônicas. Ou seja, a relação hegemonia/contra-hegemonia acontece no mesmo espaço, envolvendo relações de estrutura/superestrutura, portanto, a escola deve ser vista como um “palco de conflitos” que está em movimento constante e este movimento é contraditório.

Tratamos neste artigo de um dos aspectos da materialização destas contradições, tendo em vista que nosso recorte se pauta na reflexão da importância do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Unimos a discussão desenvolvida nas dissertações de mestrado dos autores (uma na área da Educação e outra em História da África), numa perspectiva de defendermos a importância do ensino da História da África de forma aprofundada, considerando que assim, os professores/educadores poderão atuar numa perspectiva contra-hegemônica, podendo somar pela busca de transformações cotidianas a partir do posicionamento crítico. Lembremos que a aprovação da lei 10639/2003, que dispõe sobre o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em escolas públicas e privadas, foi uma grande conquista, todavia, a sua aplicabilidade e execução ainda é deficiente, tanto no Ensino Superior, como Fundamental e Médio, apresentando-se de forma vulnerável por vários motivos, dentre eles a ausência de pessoas especializadas em história da África; falta de projetos políticos de iniciativa pública e/ou

privada; escassez de pesquisas sobre a temática; material didático inadequado; bem como a resistência de alguns grupos sociais, que enxergam a lei mais como um privilégio de um segmento social, do que uma conquista histórica de uma parcela da sociedade que sempre foi discriminada.

Desta forma, o pensamento hegemônico pautado no racismo, na naturalização das disparidades sociais e na criminalização da pobreza mantém sua força, principalmente, quando se trata da história do negro a partir de relatos de situações de exploração e subserviência, sem a demonstração de que os negros possuem uma história que perpassa a escravidão. Esta fragilidade nos leva a defender a importância dos professores/educadores pautem o ensino da história da África no resgate concreto das contribuições culturais, políticas, econômicas e sociais que a população africana trouxe para o Brasil influenciando a formação destes aspectos no país. Acreditamos que desta forma é possível uma atuação no âmbito da contra-hegemonia, possibilitando a construção da consciência crítica, não só da população afrobrasileira, mas dos sujeitos sociais como um todo. Para Gramsci (1978, p. 37), “toda relação de ‘hegemonia’ é, necessariamente, uma relação pedagógica”. Lembremos que o pensamento hegemônico dominante representa uma classe e está repleto de interesses econômicos e políticas,

O fato da hegemonia pressupõe, indubitavelmente, que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas é também indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 1980, p.33).

Na maioria das vezes a hegemonia não é adquirida à força e a partir da manipulação ideológica camufla a realidade, fazendo com que os grupos subalternos a naturalize, sem perceber seus aspectos econômicos. Mas Gramsci nos alerta que a “supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras: como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’” (1978, p. 276), desta forma vemos que a manutenção da ideia de que o negro não tem história, ou que sua história é “pagã” diante dos “olhos do cristianismo”, ou de que não possui princípios morais, ou ainda, que os negros possuem predisposição para ilegalidade/crime, dentro outras bestialidades que ainda são ditas acerca dos grupos afro-brasileiros, não são meras coincidências. Por isso, é urgente que entendamos que é preciso que voltemos a hegemonia para nosso lado.

Para compreensão do movimento entre hegemonia/contra-hegemonia, é preciso considerar que ideologia e cultura estão relacionadas. Antônio Gramsci (1984, p. 36) dispensa grande importância à cultura, pois para ele, esta é um instrumento unificador do homem coletivo, um canal que possibilita afinidades e, em meio do protagonismo humano, interfere nas relações,

sendo, portanto, construída historicamente. O pensador afirma a necessidade da articulação social-cultural, pois, o “momento cultural” é essencial para a atividade prática e coletiva do homem, reforçando que a história é construída pelo homem coletivo

[...] todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo “homem coletivo”, isto é, ele pressupõe a obtenção de uma unidade “cultural-social” pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, se solidificam na busca de um mesmo fim, sobre a base de uma idêntica e comum concepção do mundo (geral e particular, atuante transitoriamente – por meio da emoção – ou permanentemente, de modo que a base intelectual esteja tão radicada, assimilada e vivida que possa se transformar em paixão). Já que assim ocorre, revela-se a importância da questão lingüística geral, isto é, da obtenção coletiva de um mesmo “clima” cultural (GRAMSCI, 1984, p. 36-37, grifo nosso).

Podemos perceber na citação acima que Gramsci mostra que objetivos se unem quando direcionados por uma específica visão de mundo e esta é determinada por valores ideológicos. A reprodução dos discursos ideologizados pode ser rompida a partir da construção de uma nova cultura, que, por sua vez, é resultante de atos históricos, pois o movimento dialético no qual a cultura se insere deve ser visto como uma manifestação do homem coletivo. Defendemos, portanto, a importância da capacitação de docentes do Ensino Fundamental e Médio, como também, de discentes de graduação, sobre a importância do ensino de História da África a partir de um posicionamento crítico, que rompe com discursos ideologizados e com o pensamento hegemônico dominante. Chamamos a atenção para a importância de garantirmos a dignidade da população afrobrasileira que, como todos os grupos étnicos/culturais, merece conhecer sua história. Uma história que se diferente do passado contado a partir do “olhar do Senhor”, da exploração do trabalho e das dores causadas pela chibata, mas sim, a história de um povo que existe antes das correntes, de um povo que traz inúmeras contribuições culturais, sociais e econômicas, fazendo do Brasil um país tão particular. Por isso, é essencial que esta história seja ensinada a partir das relações latentes entre a história afro-brasileira e a africana, como argumentaremos na próxima seção.

2. Reflexões que mais nos interessam: um pouco da relação Brasil e África

Continuamos nosso debate frisando que o Brasil é o segundo maior país em número de negros do mundo, perdendo somente para Nigéria, no entanto, o conhecimento e a origem da população afro no Brasil é escassa, restringindo somente ao tráfico negreiro, deixando de lado sua contribuição lingüística, literária, cultural, econômica, social e política. Para tanto, importa ofertar um conhecimento sobre os povos africanos vindo para o Brasil, como eram suas relações e vivência no continente africano, fazendo um recorte geográfico temporal e histórico que possibilite reconhecer traços destes povos na identidade brasileira. Pois como escreve Paul Gilroy

(2001), a população negra foi obrigada a viver um processo diaspórico, o qual foi chamado por ele de “diáspora africana”. Diante disso, o autor defende a importância da divulgação e do desenvolvimento de pesquisas abordando questões que expliquem a concreta e real história dos povos que ocupavam o continente africano e, em nosso caso, vemos a essencialidade da demonstração da influência da história africana na história brasileira.

Importa lembrar o que o historiador africano Joseph Ki-Zerbo (1999), precursor de uma história vista por um olhar africano, pois, antes dele a história contada possuía um olhar eurocêntrico, nos aponta que o filósofo Hegel dizia que a África Negra não tinha história, pois os povos que a ocupavam não tinham escrita, portanto, antes da colonização européia, a África vivia na pré-história. Ki-Zerbo, de maneira metodológica, demonstra o equívoco de Hegel, pois a história pode ser trazida ao momento presente por outros elementos, além dos documentos escritos, tais como arqueológicos, antropológicos e oralidade, este último, marca registrada da maioria dos povos que ocupam a África negra. Há uma frase africana que sintetiza bem a importância da oralidade “quando morre um idoso, morre com ele uma biblioteca”, pois o conhecimento é transmitido de geração a geração pela oralidade. Vale lembrar, que em seu livro “História da África Negra” (1999), Ki-Zerbo, aponta registros destes contadores de histórias, denominados *griots*¹.

Pensando na população brasileira, que em grande parte possui formação escolar deficitária e muitas de suas tradições também são transferidas por um tipo de oralidade, podemos trazer pontos de diálogo entre esses dois povos, conforme citado por Alberto da Costa e Silva, diplomata e africanista, os traços culturais entre o povo brasileiro e africano são tão semelhantes que é como “se o mar fosse mentira”². Além dessa discussão de traços semelhantes entre o povo brasileiro e africano, em que vai ser desenvolvido toda a discussão do tráfico negreiro, os povos em África, a sua captura e vinda ao Brasil é importante desenvolver uma discussão que traga outros pontos, além da figura de escravo, como dos conhecimentos de metalurgia, técnicas de agricultura, de alimentos, que estes povos trouxeram como contribuição para o processo de desenvolvimento do Brasil, destacando elementos que tragam a auto-estima ao povo afro-brasileiro, fazendo com que figuras como Zumbi dos Palmares, José do Patrocínio, Irmãos Rebouças, Machado de Assis, tenham suas histórias melhor trabalhadas na historiografia brasileira, no intuito de desmitificar o estereótipo do negro como somente bom jogador de futebol, sambista e marginal, considerando que tais elementos também são importantes, visto que o samba é um patrimônio imaterial brasileiro, mas que infelizmente é muitas vezes trabalhado de maneira jocosa, com a figura da mulata sensual ou do malandro que não quer saber de trabalhar.

¹ Consultar KI-ZERBO (2009), documentos fotográficos

² O embaixador utiliza essa expressão em um dos textos que escreve no livro: *SECCO, Carmen; MACEDO, Tania; CHAVES, Rita (orgs). Brasil/África: como se o mar fosse mentira*. São Paulo. Ed. Unesp, Luanda, Angola: Chá de Caxinde, 2006., inspirando, inclusive, o título da obra.

Ainda pautando-se em Ki-Zerbo (1999), um assunto que necessita ser melhor trabalhado no meio acadêmico e, principalmente, escolar, é a contribuição das civilizações africanas, como exemplo da civilização Egípcia que causa espanto quando os professores divulgam que civilização com tal magnitude fazia parte do continente africano, pois a idéia da grande maioria é que os egípcios pertenciam ao “Oriente Próximo”, somente. A discussão sobre história Afro-brasileira e Africana dentro do tráfico negreiro tem que ser ampliada para a discussão da África Lusófona, composto por Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tome e Príncipe, esses hoje, países africanos, têm a sua história intrinsecamente ligada a história da formação do Brasil, desde a chegada dos portugueses, tanto no continente Africano, como no continente Americano. Além do tráfico negreiro já citado, que historiadores como Luiz Felipe de Alencastro, em seu livro “Trato dos Viventes”(2000), Manolo Florentino, no livro “Em Costas Negras” (2002), “De Costa a Costa”, de Jaime Rodrigues; Pierre Verger, em seu livro “Fluxo e Refluxo”, refletem e contribuem para um discussão muito mais ampla.

De forma geral, os autores citados, registram a ocupação da região do Reino do Congo, o desenvolvimento do comércio do tráfico negreiro em Angola, realizado por brásílicos e brasileiros, apontando Cabo Verde como interposto para os portugueses que comercializavam escravos, tanto na América portuguesa como na América espanhola, bem como a idéia portuguesa de criar a Senegalândia, conforme explica Leila Leite Hernandez (2008, p. 506),

[...] Foram nos anos de dificuldades econômicas, mas, sem dúvida, de “arranque” para um novo projeto colonial, ao mesmo tempo expansionista e protecionista. Expansionista, consagrado pelo “mapa cor-de-rosa”, representação de uma colônia transcontinental angolo-moçambicana unificando Angola, Moçambique, uma parte do baixo Congo, quase toda a Rodésia do Norte e Rodésia do Sul, reeditando na África a construção de um novo Brasil.

A história desses povos vão se cruzar diversas vezes, mesmo com o fato de o Brasil ter obtido sua independência no século XIX e os países da África Lusófona, terem iniciado seus processos de independência apenas a partir da década de 1970, do século XX. Ao longo do século XX, o Brasil seguiu diretrizes da metrópole Portugal em relação a política colonialista portuguesa, que é radicalizada a partir de 1926, quando o regime republicano cai e ao surgimento do que depois, em 1928, vai ser chamado de Salazarismo. Esse regime que foi ocupado por Antonio Salazar, tinha diretrizes de cunho totalitário, criando leis que aumentavam a diferença entre brancos e negros na África lusófona, nesse período, as colônias portuguesas em África é que contribuía para grande parte da economia portuguesa. Santos (2010), contextualiza o aspecto político e econômico do salazarismo, exemplificando as conseqüências na política econômica brasileira

Portugal, desde 1926, convivia com um regime autoritário, que teve como protagonista, a partir de 1928, a figura maior de António Oliveira Salazar (MAXWELL, 2006:34), tanto

que o regime estabelecido foi denominado salazarismo. A característica deste regime autoritário deixou marcas, de conservadorismo, opressão, repressão e manutenção das colônias em África. Essa manutenção política das colônias foi essencial, pois a partir delas Portugal conseguiu manter suas bases econômicas explorando-as, para que produzissem gêneros agrícolas. Inclusive Angola, no período da década de 1950, competia com o Brasil pelo mercado de café, além de ter grandes reservas minerais, como diamantes e petróleo (VIZENTINI, 1996: 233)". (SANTOS, 2010, p. 41)

Cabe salientar que após a II Guerra Mundial, as colônias francesas, inglesas, belgas, iniciam processo de independência, que é sacramentado em 1955 com a conferência de Bandung, no entanto, o governo salazarista não altera sua postura em relação a suas colônias em África. Nesse mesmo período registra-se que o sociólogo e antropólogo brasileiro Gilberto Freire, é convidado pelo governo salazarista para visitar a África Lusófona, é desse contexto que surgem as teses do Luso-Tropicalismo, que defendiam a permanência da colonização portuguesa em África, pois a partir daí, os povos teriam condições de desenvolverem-se a altura dos brasileiros.

Além da postura de Gilberto Freire, destaca-se o "Acordo de Cooperação e Amizade" assinado pelo Primeiro Ministro brasileiro, Vicente Rao, em 1953, entre Brasil e Portugal, este acordo tinha a intenção que tanto Portugal, como o Brasil, tivessem privilégios nas relações comerciais. A outra condição do acordo era de que o Brasil não interviesse nas relações de Portugal com suas colônias, portanto, um diálogo entre o Brasil e África Lusófona, dependeria da mediação e controle de Portugal.

Na dissertação de Santos (2010) há relatos importantes sobre a relação Brasil e "Províncias Ultra-Marinas", o mesmo relata, com base em diversos autores, que ao assumir a presidência, Juscelino Kubitschek traçou uma política de "modernização para o Brasil, reforçou a política econômica difundida pela Comissão Econômica para América Latina da ONU – CEPAL, cabendo registrar naquele contexto o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA)³, visando fortalecer a nova política externa brasileira (SARAIVA, 1996: 31-32.)" (SANTOS, 2010, p. 26), por isso, não estreitou as relações com o continente africano.

Para a reflexão sobre este debate, temos a figura do Historiador José Honório Rodrigues, pois sua produção historiográfica é importante para um melhor conhecimento da História da relação Brasil e Continente Africano. Sendo um dos primeiros a discorrer a respeito dessa relação demonstrando proximidade histórica de ambos (Brasil e continente africano) e além disso tem uma postura militante, referente a política externa brasileira que deveria assumir-se de forma

³ OPA – Operação Pan-Americana era uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico, insistiram na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam os meios mais eficazes que se apresentavam como soluções, para países atrasados. A OPA foi lançada em uma conjuntura adequada, em 1958, imediatamente após a mal sucedida viagem do então vice-presidente Nixon à América Latina, oportunidade em que antiamericanismo dos sul-americanos ficou sobejamente evidenciado nos incidentes de Lima e Caracas. Esta parte da América ficara à margem do Plano Marshall. Carente de divisas, não conhecera os benefícios das cooperações então vigentes em outras áreas do Globo. As relações entre os Estados Unidos e a América Latina pediam revisão. A proposta de JK voltou-se para uma atualização das relações entre os dois segmentos do continente. Cf. CERVO e BUENO, 2008:290.

mais combativa a favor das províncias africanas que iniciam processo de independência. Desenvolve críticas a opção de JK em manter o Brasil vinculado ao “Tratado de Cooperação e Amizade”, como Portugal. Além disso, problematiza a questão econômica, fato que fica bem evidenciando quando coloca que “A OPA obscureceu o mais importante fenômeno do processo histórico mundial, entre 1958-1960: a liberdade africana” (RODRIGUES, 1964, p. 372).

Esses fatos serão alterados a partir de 1961, quando o Presidente Janio Quadros rompe com a política colonialista, aproximando-se das “Províncias Ultra-Marinas”, bem como, grupos de diplomatas do Itamaraty demonstram uma postura que contemplam a idéia deste presidente. Tais fatos, possibilitaram a vinda de estudantes africanos para o Brasil (importa frisar que até os dias atuais mantêm-se convênios entre vários países da África e Brasil para a vinda de estudantes). A ruptura do governo Jânio Quadros com a política colonialista portuguesa se dá de maneira concreta a partir de missões diplomáticas, que vão para a África, inclusive para as “Províncias Ultra-Marinas”, no intuito de desenvolver uma relação política, cultural e econômica, com esses países e províncias. Esse trânsito entre os continentes deu a possibilidade de um conhecimento mais profundo dos horrores que ocorriam em África, a partir deste conhecimento e da vinda de estudantes africanos para o Brasil, há o surgimento de movimentos de Pró-Libertação de África, cita-se o exemplo do movimento afro-brasileiro de Pró-Libertação de Angola, o MABLA.

Acrescentamos ainda que é neste período que nascem os primeiros centros de estudos sobre África no Brasil. A política do Jânio Quadros tem continuidade com seu sucessor João Goulart, todavia em 1964, acontece o golpe civil-militar, que rompe de forma abrupta com essa proximidade com o Continente Africano, inclusive membros dos movimentos Pró-África no Brasil, são presos. Mas, de maneira aparentemente contraditória, neste mesmo regime, a partir de período do presidente Médici, a política externa brasileira aproxima-se do Continente Africano, à exemplo da missão liderada pelo então Ministro Mario Gibson Barboza. Essa aproximação se dá por conjuntura da “Crise Petróleo”, ocorrida na década de 1970, o que fez o Ocidente ter uma política pró-reativa com o Continente Africano, devido a riqueza deste minério (Petróleo). O ápice dessa aproximação se dá com o reconhecimento da independência de Angola, sendo o Brasil, o primeiro país ocidental a reconhecer a liberdade desta nação.

Já nas décadas de 1980 e 1990, em decorrência da conjuntura política e econômica brasileira, o Continente Africano perde espaço nas relações de política externa brasileira, sendo resgatadas somente no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, conforme explica o pesquisador Claudio Oliveira Ribeiro (2007), sendo esta uma história que ainda está em construção. Por hora, o que podemos apontar é que a história da relação Brasil e África é muito mais profunda do que se tem mostrado e envolve aspectos políticos, econômicos, ideológicos, culturais e religiosos, para além da redução à história da escravidão no Brasil Colônia.

3. Reflexões finais: História da África para além da escravidão

O resgate histórico exposto neste artigo intenciona demonstrar a história latente entre Brasil e África, no qual, pudemos visualizar, mesmo brevemente, que a relação do Brasil com o Continente Africano é repleta de nuances e de aspectos multifacetados, os quais de forma abrangente, contribuíram para a formação do Brasil. E, mais que isso, vemos que a relação Brasil – África não “morre” após o fim do modo de produção escravista. Partindo dessa premissa, o intuito é justamente apontar a importância de se ampliar o debate sobre o ensino de história Afro-brasileira e Africana, tendo em vista que o estudo e ensino de tais disciplinas vão muito além da questão cultural e étnica, perpassando uma história que atravessa aspectos políticos, econômicos, culturais, religiosos, entre outros. Portanto, é importante evidenciar a diferença da história Afro-brasileira e a Africana, considerando que metodologicamente, o olhar em separado possibilita o aprofundamento histórico e permite que o diálogo evidencie também suas conexões.

Defendemos, portanto, que os professores/educadores que ministram aulas de história da África tenham possibilidade de avançar nestas percepções e possam reproduzi-las como instrumento de combate ao pensamento dominante. A nosso ver, as possibilidades de avanços só acontecerão a partir do desenvolvimento de estudos mais aprofundados e de posicionamentos críticos.

Alertamos que a aprovação da lei 10639/2003, que dispõe sobre o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em escolas públicas e privadas, ficará apenas na formalidade se o ensino da História da África e Afrobrasileira não for efetivado de fato nas escolas. A primeira batalha, portanto, é da aplicação da lei. Após a aplicação da lei e todas as escolas do Brasil tiverem incluído em seus currículos a disciplina “História da África e Afrobrasileira”, iniciar-se-á a segunda batalha, a qual se refere a “forma” que se ensinará esta história. Por isso, buscamos sensibilizar os colegas professores/educadores com relação a importância de mostrar a grandiosidade e importância da relação do Brasil com o continente Africano. Esta relação vem até os dias de hoje, é complexa e depende do aprofundamento histórico-crítico, compreendendo-a em sua totalidade a partir da consideração dos aspectos culturais, políticos, sociais, econômicos, religiosos, dentre outros. Somente assim poderemos compreender e ensinar “história da África” numa perspectiva contra-hegemônica, rompendo com os valores, pensamentos e ideologias pertencentes a hegemonia dominante que até hoje atingem o cotidiano e a mente da população negra brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. 3º edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.
- BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, 2004
- BRASIL, Lei 10.639, promulgada em 09 de Janeiro de 2003.
- CHAVES, Rita; MACEDO, Tania; SECCO, Carmen. (orgs). *Brasil/África: como se o mar fosse mentira*. São Paulo. Ed. Unesp, Luanda, Angola: Chá de Caxinde, 2006.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
- GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. 5 ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*. 3ª. Ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Vol 1. 4ª. Ed. Trad. CARVALHO, Américo. Portugal: Publicações Europa América, 2009.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Vol 2. 3ª. Ed. Trad. CARVALHO, Américo. Portugal: Publicações Europa América, 2002
- LAIA, Maria Aparecida de; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (orgs). *A Universidade e a Formação para o Ensino de História e Cultura Africana e Indígena*. São Paulo: Coordenadoria dos Assuntos da População Negra – CONE, 2010.
- LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978. p. 259-284.
- RIBEIRO, Cláudio Oliveira. *Relações “Políticas-Comerciais Brasil-África. (1985-2006)”*. Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Política, do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- ROCHA, Andréa Pires. *Palco de Conflitos: escola pública no capitalismo, aparelho hegemônico ou instrumento de contra-hegemonia?* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, para a obtenção do título de Mestre em Educação. Maringá: 2005
- RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SANTOS, José Francisco dos. Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um Amplo Movimento”: Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. 2a. ed. Tradução, Tasso Gadzanis. São Paulo: Editora Corrupio, 1987